

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP
COMPANHIA FECHADA
CNPJ N.º 42.515.882/0001-78
NIRE N.º 33300115765
COMITÊ DE AUDITORIA
ATA DA 179ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL:

Reunião realizada no dia 26 de novembro de 2025, com início às 09:00 horas, na sala de reuniões da Presidência, na Sede da Nuclebrás Equipamentos Pesados – S.A. - NUCLEP, situada na Av. das Américas, 3.500, Bloco 01, sala 613, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ.

PRESENÇA:

Participaram da reunião os membros do Comitê de Auditoria da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, tendo todos sido comunicados e convocados previamente.

2. MESA:

Presidente: Luciano Campos Frade
Membro: Luís Odair Azevedo Gomes Raymundo
Membro: Francisco Clerton Ramos Barreto
Secretária: Nathalia Horta

3. ABERTURA:

A reunião foi iniciada com o quórum requerido pelos normativos legais, de acordo com as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

4. ORDEM DO DIA:

- I** - Elaboração da Proposta de Plano de Trabalho para 2026 e Calendário de Reuniões;
- II** - Elaboração da Proposta Orçamentária para 2026;
- III** - Análise do processo de proposta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025–2027; e
- IV** - Revisão do Regulamento do Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) 2025.

5. DELIBERAÇÕES:

I – Em cumprimento à Ordem do Dia, o Comitê de Auditoria da NUCLEP (COAUD) elaborou a proposta do Plano de Trabalho para 2026, em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno do COAUD, Art. 25, a ser submetida ao Conselho de Administração para aprovação. Foi, também, aprovado o Calendário para as reuniões a serem realizadas no exercício de 2026, que foi elaborado em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno do COAUD, Art. 23, VII.

II – Em seguida, o Comitê elaborou a proposta orçamentária para o exercício de 2026, em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno do COAUD Art. 24, § 2º, que será submetida ao Conselho de Administração, com parecer prévio da Diretoria Executiva.

III – Prosseguindo no cumprimento da Ordem do Dia, o Comitê reuniu-se com a Assessora de Governança, Sra. Patrizia Mastrangelo, para, nos termos do §1º do art. 3º da Resolução CGPAR nº 52, de 17 de abril de 2024, pronunciar-se acerca da documentação a ser enviada à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), relativa à proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a ser firmado entre a NUCLEP e o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (SINDMETAL). Conforme esclarecido pela Assessora, a proposta obedece às diretrizes para o assunto estabelecidas pela SEST. A proposta contempla o reajuste do valor do auxílio-alimentação, com validade de outubro/2025 a setembro/2026, tendo sido calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e a regulamentação do benefício de auxílio-creche. A proposta, também, estabelece que a vigência do Acordo seja estendida para uma periodicidade bienal, abrangendo o período de 01/10/2025 a 30/09/2027. A documentação que consubstancia o processo da proposta em análise tem a finalidade de subsidiar a avaliação do cenário fiscal, da situação financeira, do desempenho dos indicadores econômico-financeiros e da capacidade da empresa de suportar o aumento das despesas de pessoal, resultantes das negociações coletivas e das futuras demandas inerentes à gestão de pessoas. Em conformidade com a Resolução CGPAR nº 52, parágrafo primeiro do seu Artigo Terceiro, cabe ao COAUD, previamente à aprovação do Conselho de Administração, manifestar-se sobre: (i) a exposição de riscos para a empresa decorrentes da proposta de acordo coletivo ou da política de gestão de pessoas; (ii) a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam as projeções econômicas utilizadas na definição das referências negociais; e (iii) o impacto sobre a solvência, liquidez e equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar patrocinados pela empresa, relacionados à posição assumida pela Companhia nas negociações. Para tanto, o COAUD analisou os seguintes documentos fornecidos pela NUCLEP: (i) Nota Técnica PTH-2 nº 07/2025, que descreve as diretrizes consideradas para a proposta de reajuste dos benefícios; (ii) Parecer Jurídico nº 013/2025/DCB/PJ/NUCLEP; (iii) Nota nº 040/2025/NAT/PJ/NUCLEP, da Consultoria Jurídica da Companhia; (iv) CI nº AFC 018/2025, da Gerência Financeira e de Contabilidade; (v) relação das referências de disposições legais e regulamentares aplicáveis; (vi) relação com a indicação dos contatos e endereços eletrônicos para acesso a documentos e informações complementares necessárias à análise; (vii) minuta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2027 entre NUCLEP e SINDIMETAL; (viii) quadro comparativo entre o ACT anterior e a proposta atual; (ix) Relatório de cumprimento de condicionantes da SEST; (x) Pareceres Atuariais nºs HR/120 e 121/2025, da empresa HR Serviços Atuariais Ltda, sobre o impacto do ACT nos planos de benefícios; (xi) quatro (4) Acordos Coletivos de Trabalho de empresas privadas de porte e complexidade equivalentes; (xii) Nota Técnica PTH-2 nº 08/2025, com a projeção da evolução dos gastos e despesas em 5 anos; (xiii) comparativo entre a proposta sindical e a proposta da empresa; (xiv) Nota Técnica ASP nº 012/2025, da Assistência de Plano de Saúde, manifestando-se sobre impactos nos planos de benefícios de assistência à saúde; e (xv) análise de riscos relativa ao Acordo Coletivo de Trabalho. Conforme já informado pela Assessora de Governança, os documentos corroboram a proposta de manutenção do auxílio-alimentação, com a atualização monetária dos valores atuais, a regulamentação do benefício de auxílio-creche, constituindo a formalização de um

benefício já praticado pela empresa, e o estabelecimento da periodicidade bienal para a vigência do ACT, estando todos os argumentos e propostas com parecer jurídico favorável às suas implementações. Após análise, o COAUD identificou algumas divergências no processo, entendendo que não comprometem, diretamente, a sua manifestação, mas para as quais **sugere** aprimoramentos: (i) CI nº AFC 018/2025, da Gerência Financeira e de Contabilidade – incluir, no item 1 (Auxílio-alimentação), tópico discriminando o valor do contrato do refeitório da Companhia, já que compõe o montante informado na rubrica Auxílio-alimentação; (ii) Parecer Jurídico nº 013/2025/DCB/PJ/NUCLEP e Nota nº 040/2025/NAT/PJ/NUCLEP – ambos anexados quatro (4) vezes ao processo; recomenda-se verificar a necessidade dessas duplicidades; (iii) CI nº AFC 018/2025 – anexada cinco vezes; recomenda-se verificar a pertinência de tal repetição; (iv) Análise de Riscos – incluir tópico de conclusão objetiva. Por fim, com base na análise procedida, o Comitê não identificou óbices à aprovação da documentação que subsidia a elaboração da proposta do Acordo Coletivo 2025/2027, tendo emitido manifestação específica (Manifestação nº 3/2025), que consolida o entendimento acima e consubstancia o assessoramento do COAUD ao Conselho de Administração da NUCLEP.

IV – Por fim, o COAUD, em cumprimento à Ordem do Dia, tomou ciência do Ofício nº 115/2025/SGEP/SE-MME, referente ao Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) 2025 dos diretores da Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP.

6. ANEXOS:

- A) Proposta do Plano de Trabalho para 2026; e
- B) Proposta Orçamentária para o exercício de 2026.

Nada mais havendo a ser tratado para esta data, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata, que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada.

Luciano Campos Frade
Presidente

Luís Odair A. G. Raymundo
Membro

Francisco C. R. Barreto
Membro

Nathalia Horta
Líder de Equipe de Desenvolvimento de Governança
Secretária da Reunião

Esta é a última página da Ata da 179ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria da NUCLEP